

Capítulo V

A heterogeneidade da homogeneização: ou de como nem todos os habitantes de Porto Alegre são iguais

Ruben George Oliven

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

OLIVEN, RG. *Urbanização e mudança social no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010. A heterogeneidade da homogeneização: ou de como nem todos os habitantes de Porto Alegre são iguais. pp. 74-100. ISBN 978-85-7982-001-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Capítulo V

A Heterogeneidade da Homogeneização: ou de como nem todos os habitantes de Porto Alegre são iguais*

I — Proposições teóricas

Duas correntes centrais percorrem a literatura que se ocupa dos efeitos da vida em cidades industriais sobre suas populações. A primeira postula que — ao contrário de sociedades rurais que apresentariam pouca diferenciação interna e uma estratificação social rígida — em sociedades urbano-industriais capitalistas existiria uma variedade mais ampla de escolhas e uma estratificação social mais fluida, ocorrendo portanto uma maior heterogeneidade social e cultural¹.

A segunda corrente — que corre lado a lado com a primeira — postula, por sua vez, que a urbanização e a industrialização tendem a tornar todos os indivíduos atingidos por estes fenômenos semelhantes em um processo de homogeneização social e cultural. Levada ao extremo esta tendência sustenta que não só indivíduos e grupos estão ficando semelhantes, mas que toda humanidade estaria gradativamente convergindo para um mesmo tipo de sociedade².

* Publicado originalmente em Blay, Eva Alterman (org.). *A Luta pelo Espaço*. Petrópolis, Vozes, 1978.

¹ Embora possa ser encontrado em vários autores e se repita constantemente, este argumento foi enunciado com clareza por Wirth na sua clássica formulação sobre “o urbanismo como modo de vida” e por Redfield na teoria do *continuum folk*-urbano. Ver o capítulo I deste livro.

² Estes argumentos são difundidos principalmente pelas teorias da modernização e pelas teorias de convergência. A respeito das primeiras ver o capítulo II deste livro; a respeito das segundas ver Weinberg, Ian. “The Problem of the Convergence of Industrial Societies: A Critical Look at the State of a Theory”, in *Comparative Studies in Society and History*, vol. 11, n. 1, 1969.

É interessante observar que os defensores destas duas posições antagônicas conseguem apresentar dados empíricos que segundo eles estariam confirmando suas proposições. A questão, entretanto, é mais complexa e sua resolução envolve o reconhecimento de que existe uma relação dialética entre estes dois processos que são contraditórios somente na aparência, sendo em verdade simultâneos e complementares.

O desenvolvimento de um modo de produção capitalista — processo que está no bojo do que se costuma chamar de formação de uma sociedade urbano-industrial — implica numa profunda reestruturação das relações sociais existentes. À medida em que a produção começa a ser organizada socialmente sob o capitalismo, ela tende a deixar de ser individual ou familiar, tornando-se gradativamente mais coletiva. Existe, assim, uma tendência a ajustar um modo de produzir atomizado a um coletivo, processo que toma formas diversas em diferentes sociedades mas que é, não obstante, uma das características-chave do desenvolvimento de um modo de produção capitalista.

Embora trabalhadores pré-industriais provavelmente tenham tido características sociais e culturais semelhantes entre si a um nível local (no campo, na vida, etc.), quando grupos relativamente isolados se fundem em aglomerados mais amplos eles têm de ajustar seus padrões anteriores de produção e de consumo ao novo modo vigente. Isto tende a criar uma homogeneização de comportamentos individuais numa escala mais ampla, processo que é fortalecido pela padronização dos bens oferecidos aos consumidores.

Como este processo está historicamente associado à emergência prévia de estados nacionais que gradativamente tendem a se sobrepor a poderes regionais, uma unidade mais ampla (não só em termos econômicos mas também sociais e culturais) tende a se formar, deslocando o centro de gravidade do nível local para o nacional³.

³ Referindo-se às consequências do desenvolvimento de um modo de produção capitalista, Marx assinalou que “a grande indústria tornou a concorrência universal (...), estabeleceu os meios de comunicação e o mercado mundial moderno, colocou o comércio sob seu domínio, transformou todo o capital em capital industrial e deu assim origem à circulação (aperfeiçoamento do sistema monetário) e à rápida centralização dos capitais. Através da

À medida que a nova ordem social se desenvolve, a mesma afeta e transforma diferentes indivíduos e grupos por ela envolvidos. Estas mudanças ocorrem não somente ao nível econômico mas também ao nível cultural, na esfera de comportamentos, valores, estilos de vida, lealdades, identificações, concepções de mundo, etc. Estas transformações culturais são geralmente menos estudadas que as econômicas e requerem explicitação.

Examinando-se estas novas orientações culturais poder-se-ia sugerir que elas são úteis ao sistema na medida em que desempenham um importante papel ideológico ao criarem atitudes favoráveis à aceitação da ordem social pelos membros da sociedade como um todo. Nesta linha de raciocínio as novas orientações estariam enfatizando que é preciso criar novas lealdades voltadas não mais a um senhor ou região mas a uma nação (hegemonia do nacional sobre o local); que é importante aceitar que o homem pode influir decisivamente no mundo (secularização e racionalização); que atitudes práticas são úteis (instrumentalidade), que o sucesso individual é desejável e possível (individualismo), que dever-se-ia conceder certo grau de liberdade em relação a assuntos e crenças pessoais (tolerância), que todos têm os mesmos direitos e oportunidades (democracia e meritocracia), que a educação é um canal aberto de ascensão (mobilidade social), que a autoridade não é mais incontestável e personalizada como em sociedades estamentais (burocracia), etc.

concorrência universal, constrangeu todos os indivíduos a uma tensão máxima da sua energia. Aniquilou o mais possível a ideologia, a religião, a moral, etc., e sempre que possível transformou-as em flagrantes mentiras. Foi ela que criou verdadeiramente a história mundial na medida em que fez depender do mundo inteiro cada nação civilizada e, para satisfação das suas necessidades, cada indivíduo dessa nação, destruindo o caráter exclusivo das diversas nações que era até então natural. Subordinou a ciência da natureza ao capital e retirou à divisão do trabalho a sua última aparência de fenômeno natural. Destruiu, na medida do possível, todos os elementos naturais no interior do trabalho e conseguiu dissolver todas as relações naturais para as transformar em relações monetárias. Em vez de cidades nascidas naturalmente, criou as grandes cidades industriais modernas que se desenvolveram como se se tratasse de cogumelos. Onde quer que penetrasse destruiu o artesanato e, de uma forma geral, todos os anteriores estádios da indústria. Completou a vitória da cidade sobre o campo. (...) Criou por todo o lado as mesmas relações entre as classes da sociedade, destruindo por isso o caráter particular das diferentes nacionalidades” (Marx, Karl, e Engels, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Portugal, Editorial Presença, 1974, vol. I. p. 74-75).

É, entretanto, fundamental enfatizar que estas mudanças não são processos lineares mas somente tendências gerais que adquirem características diversas em diferentes sociedades e períodos. É, portanto, importante não somente estudar como estes processos ocorrem em situações específicas⁴ mas também encará-los menos como dicotomias absolutas e mais como tendências ou ideais, aos quais frequentemente apenas se presta um respeito formal⁵.

Neste sentido, a maioria das teorias dicotômicas (sagrado/secular, solidariedade mecânica/solidariedade orgânica, *Gemeinschaft/Gesellschaft*, folk-urbano, tradicional/moderno, etc.) tentam descrever, através de contrastes, o que é *tendencialmente* (e não absolutamente como muitas delas supõem) a passagem para orientações que são mais compatíveis, a um nível ideológico, com a nova ordem social.

Estas transformações têm um forte apelo ideológico já que elas procuram integrar duas importantes dimensões da ordem social burguesa: um maior domínio do homem sobre seu meio (que aparece ao nível da produção através do uso crescente da tecnologia) e uma organização social em que o povo (palavra que pode tanto incluir como excluir as classes baixas) teria, pelo menos formal e legalmente, os mesmos direitos e oportunidades como cidadãos. Não é, aliás, por acaso que os direitos que estão historicamente associados à ascensão da burguesia tenham o designativo de cidadania, palavra cuja raiz etimológica indica o local onde estes direitos primeiro floresceram.

⁴ No caso de um país dependente como o Brasil, o processo de desenvolvimento de uma ideologia burguesa se deu de uma forma bastante peculiar. Analisando a deturpação que a ideologia burguesa européia sofreu no Brasil Império, Schwarz mostrou como as ideias liberais estavam “fora de lugar” numa sociedade baseada na escravidão na qual a categoria fundamental não era consubstanciada nos direitos burgueses mas nos favores paternalistas. Ver Schwarz, Roberto. “As Ideias Fora do Lugar”, in *Estudos CEBRAP*, n. 3, 1973.

⁵ Como Marx assinalou “Com efeito, cada nova classe no poder é obrigada, quando mais não seja para atingir os seus fins, a representar o seu interesse como sendo o interesse comum a todos os membros da sociedade ou, exprimindo a coisa no plano das ideias, obrigada a dar aos seus pensamentos a forma da universalidade, de os representar como sendo os únicos razoáveis, os únicos verdadeiramente válidos” (Marx e Engels. *op. cit.*, p. 57).

Entretanto, se por um lado as novas orientações podem ser encaradas como ajudando a criar um clima ideológico cuja finalidade é a de legitimar a nova ordem social, por outro lado é fundamental não esquecer que sua aceitação não ocorre automática e uniformemente por toda população, nem em todas as áreas de envolvimento social.

Na verdade, o processo de homogeneização cultural difundido por sociedades capitalistas é aceito diferentemente pelas diversas classes sociais, já que os membros destas têm posições bastante diferentes nas relações de produção e também participam de modo heterogêneo em seus benefícios sociais, econômicos e políticos. As diferenças culturais, provavelmente, serão tanto mais acentuadas quanto mais marcantes forem as desigualdades econômicas.

Mas embora a categoria classe social seja uma variável fundamental no estudo destas diferenças, não é possível postular uma relação linear entre posição sócio-econômica e adesão a orientações culturais, processo que é mais complexo e está permeado por contradições. Assim, é preciso ter em conta que não se pode reduzir mecanicamente comportamentos e valores a interesses econômicos, já que enquanto estes possuem uma conotação eminentemente prática e objetiva, aqueles envolvem dimensões muito mais pessoais e subjetivas.

Uma noção que precisa, portanto, ser retida é a de defasagens. Assim, por exemplo, o relativo atraso em aderir a novas orientações burguesas pode ser devido ao fato de que dimensões pessoais estão em jogo, que podem resistir à imposição de novos padrões culturais já que isto é mais viável que resistir às relações econômicas. Assim, os agentes sociais talvez tenham que aceitar as relações de produção que lhe são impostas, mas podem rejeitar os valores que lhe são propostos⁶.

⁶ Em um estudo clássico a respeito de consequências da incorporação progressiva de populações rurais de uma área do estado de São Paulo à esfera da economia capitalista, Antônio Cândido mostrou que “o processo de urbanização (...) se apresenta ao homem rústico *propondo* ou *impondo* certos traços de cultura material e não-material. *Impõe*, por exemplo, novo ritmo de trabalho, novas relações ecológicas, certos bens manufaturados; *propõe* a racionalização do orçamento, o abandono das crenças tradicionais, a

Por outro lado, entretanto, o processo oposto pode ocorrer. Dada a intensificação dos meios de comunicação e transporte (característica do desenvolvimento de uma sociedade urbano-industrial), é perfeitamente possível que ocorra a adesão a comportamentos e orientações burgueses por grupos que não estejam totalmente inseridos em relações capitalistas de produção. Isto ocorre, por exemplo, através do chamado “efeito-demonstração” no qual o prestígio é um elemento poderoso que cria atitudes “modernas” que têm pouco a ver com eficiência e racionalidade⁷.

É interessante observar que a falácia da dicotomia heterogeneidade/homogeneidade se repete na maioria das análises sobre o comportamento das classes baixas urbanas. Assim, uma primeira tendência — da qual a teoria da cultura da pobreza de Oscar Lewis⁸ provavelmente é o exemplo mais conhecido — postula que as classes subordinadas são culturalmente diferentes do resto da população, deixando desta maneira aberto o caminho para que se atribua sua situação econômica a uma cultura que não lhes forneceria os elementos para superar sua posição desprivilegiada.

Uma segunda tendência — que se constitui em reação oposta à primeira — postula que não existem praticamente diferenças culturais entre as classes sociais. É lógico que esta posição inversa

individualização do trabalho, a passagem à vida urbana. Formulando novamente o que ficou dito, podemos verificar no caipira paulista três reações adaptativas em face de tal processo: 1) aceitação dos traços *impostos* e *propostos*; 2) aceitação apenas dos traços *impostos*; 3) rejeição de *ambos*” (Cândido, Antônio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo, Duas Cidades, 1971, p. 218).

⁷ Maria Isaura Pereira de Queiroz mostrou no contexto brasileiro como “um gênero de vida (que é antes de mais nada um produto cultural), pode se difundir fora da sociedade global em que se originou, desprendido dos fatores que o fizeram nascer — no caso, o processo de industrialização. Esta autora formulou a hipótese “de que primeiramente se difundiu no Brasil um gênero de vida, o da sociedade burguesa, a partir de 1820 mais ou menos, e de que isto ocorreu antes de o país entrar num verdadeiro processo de industrialização. O novo gênero de vida diferencia a população urbana não apenas segundo níveis econômicos, mas muito mais ainda culturalmente, sendo que as camadas superiores adotam como sinal distintivo o requinte e um arremedo de cultura intelectual” (Queiroz, Maria Isaura Pereira de. “Do rural e do urbano no Brasil”, in Szmrecsányi, Tamás, e Queda, Oriowaldo (orgs.). *Vida Rural e Mudança Social*. São Paulo, Editora Nacional, 1973, p. 213 e 210).

⁸ Ver o capítulo III deste livro.

também é equívoca na medida em que pretende simplesmente ignorar diferenças sociais e tratar a sociedade como um todo cultural coeso.

Na realidade esta bipolaridade não existe, pois as classes baixas provavelmente são semelhantes ao resto da população em certos aspectos e diferentes em outros, compartilhando parte da cultura dominante, mas ao mesmo tempo desenvolvendo também seus traços culturais próprios.

É nesta linha de raciocínio que também se encontra a solução da questão da aparente contradição entre heterogeneidade e homogeneidade de sociedades urbano-industriais capitalistas.

A superação deste impasse reside no reconhecimento de que estes dois processos na realidade são simultâneos e complementares. Assim, por um lado, em sociedades capitalistas existe um maior número de posições e uma certa possibilidade de ascensão na hierarquia social (variando, é claro, de sociedade para sociedade) bem como um raio mais amplo de escolhas em relação a atividades, produtos e comportamentos e orientações individuais. Por outro lado, entretanto, o mesmo tipo de sociedade tende a homogeneizar as escolhas possíveis, bem como os produtos disponíveis, e acima de tudo a enfatizar a ideologia da igualdade de oportunidades.

Enquanto em sociedades pré-capitalistas as elites geralmente veiculavam ideologias que não aprovavam a mobilidade social e assim tentavam controlar o acesso de outros grupos sociais a seu peculiar estilo de vida, em sociedades capitalistas — embora continuem existindo diferenças no que diz respeito a oportunidades de vida — a mobilidade é apresentada como um alvo válido e alcançável.

Historicamente quando a burguesia toma o poder, através da Revolução Francesa, ela estende a todas as classes, a um nível formal, os direitos e oportunidades que em verdade está buscando para si mesma. Apesar de sua conotação ideológica, esta medida se reveste de importância, uma vez que, ao contrário de sistemas sociais anteriores baseados numa desigualdade social sacramentada, não é mais possível postular que a mesma seja justa em si mesma. Ela

porta, assim, a potencialidade de futuras mudanças que estão contidas em embrião.

Nesta altura é útil relembrar o conceito de hegemonia de Gramsci, que frisou que uma classe dirigente forte domina a sociedade não somente através de uma liderança intelectual e moral. Ela satura a sociedade com seus valores hegemônicos que são disseminados através de instituições civis (família, educação, etc.) que socializam os indivíduos e tendem a fazê-los aceitar a legitimidade da ideologia dominante: “A partir do momento em que uma classe subordinada se torna realmente independente e dominante, criando um novo tipo de estado, surge a necessidade concreta de construir uma nova ordem intelectual e moral, isto é, um novo tipo de sociedade e, por isso, a necessidade de elaborar os conceitos mais universais, as mais refinadas e decisivas armas ideológicas”⁹.

Existe assim uma constante dialética entre heterogeneidade e homogeneidade em sociedades capitalistas. Quanto mais elas padronizam comportamentos, orientações e opções, mais elas tendem a enfatizar uma individualidade e um raio de escolhas que em verdade podem ser bastante limitados; quanto mais estas sociedades se diferenciam internamente, aumentando distâncias sociais, tanto mais elas tendem a difundir a ideologia de que todos são iguais, criando frequentemente o que foi chamado de “o padrão da igualdade manifesta e da desigualdade sutil”¹⁰.

⁹ Gramsci, Antonio. *Prison Notebooks*, citado em *The Modern Prince and other writings*, New York, International Publishers, 1975, p. 5.

¹⁰ Barber, Bernard. “A Estrutura da Estratificação Social e as Tendências de Mobilidade Social na Sociedade Ocidental”, in Parsons, Talcott (ed.). *A Sociologia Americana*. São Paulo, Cultrix, 1970, p. 230.

II — A Pesquisa

A — Introdução

As proposições teóricas formuladas acima operam necessariamente em um nível elevado de abstração e cabe, portanto, testar empiricamente como os processos descritos ocorrem em sociedades específicas. O Brasil — pelas peculiaridades de seu crescimento econômico dependente e pelos processos que tem experimentado recentemente — se constitui em um campo de estudo rico para analisar como as transformações sociais decorrentes da intensificação da acumulação capitalista industrial se refletem em diversas camadas sociais de cidades brasileiras.

No capítulo anterior mencionou-se que uma análise feita por Lopes a respeito de estudos e dados sobre contatos, comunicações e valores de populações brasileiras sugeriu que estaria ocorrendo uma relativa homogeneização dos centros urbanos pelo menos nas suas camadas médias e superiores. O referido autor, entretanto, advertiu que, se por um lado os meios de comunicação, a educação, a estrutura institucional e as condições de vida urbana decorrentes da evolução da sociedade brasileira tendem a homogeneizar as populações urbanas do país, por outro lado este processo age sobre populações que se diferenciam muito economicamente em decorrência do próprio modelo de desenvolvimento adotado.

Assim, uma questão que se reveste de fundamental importância é a de estudar como este processo de homogeneização atua sobre as diferentes camadas das populações urbanas brasileiras. Esta questão, é lógico, só pode ser elucidada através de pesquisas que procurem comparar diferentes grupos e classes que habitam o espaço social que se convencionou designar de cidade.

Embora exista um razoável número de estudos nesta área, a grande maioria deles, apesar de sua importância, não permite traçar um quadro comparativo e analítico das populações urbanas

brasileiras. Isto se deve ao fato de a maior parte deles concentrar-se em uma só área de estudo (por exemplo, família, religião, etc.) e/ou em uma só camada da população (geralmente as mais baixas, implicitamente supondo que outras camadas não são problemáticas). Entretanto, para se obter uma visão mais global é necessário analisar diversas camadas de uma mesma grande cidade brasileira a fim de verificar como elas são atingidas pelo processo de homogeneização.

B — Delimitação do estudo

Com o intuito de testar as proposições teóricas desenvolvidas neste capítulo e sugerir linhas de reflexões sobre o tema abordado, que poderiam ser criticamente incorporadas em estudos futuros, são a seguir apresentados sucintamente alguns resultados de uma pesquisa.

A pesquisa¹¹ examina diferentes camadas sociais em Porto Alegre, comparando e analisando-as em seis áreas de envolvimento (família, religião, vida associativa e lazer, educação, trabalho e política). O objetivo é investigar se estes grupos compartilham as mesmas orientações e, em caso contrário, em que áreas ocorrem diferenças e a que variáveis explicativas podem as mesmas ser relacionadas.

A pesquisa foi planejada de maneira a propiciar uma análise em dois planos: uma a nível de bairros, a outra a nível de variáveis sócio-econômicas e demográficas. Deste modo, obtiveram-se dados que podem ser analisados tanto em termos de áreas residenciais como em termos de outras variáveis, propiciando uma base mais rica de análise e comparação.

Para fins de amostragem utilizou-se um mapeamento sócio-econômico prévio classificando Porto Alegre de acordo com cinco níveis sócio-econômicos em uma base de quarteirões. Examinando-se os resultados deste mapeamento, foram escolhidos cinco bairros, que

¹¹ Esta pesquisa é descrita e analisada detalhadamente na tese de doutorado do autor *Urbanization and Social Change in Brazil: a case study of Porto Alegre*, defendida na Universidade de Londres em 1977.

apresentam alta segregação em relação à posição sócio-econômica e que correspondem aos cinco níveis sócio-econômicos definidos pelo mapeamento. Estes bairros tornaram-se os estratos da amostra, tendo sido realizadas aproximadamente oitenta entrevistas por grupo, tomando-se o chefe da família como informante. A amostra, obviamente, não é representativa de toda a população de Porto Alegre, mas poderia não obstante ser considerada como um corte sociológico dos habitantes desta cidade.

Os bairros que foram escolhidos com suas respectivas rendas familiares e características sociais são os seguintes:

TABELA 1
Bairros Pesquisados com as Respectivas Rendas Familiares e Características Sociais

Bairro	Renda familiar mensal em salários mínimos	Características Sociais
Vila Maria da Conceição	0 a 1	Uma das mais antigas vilas de malocas (favelas) de Porto Alegre
Navegantes	1 a 3	Bairro tradicionalmente operário
Cidade Baixa	3 a 6	Bairro de “classe média baixa”
Petrópolis	6 a 10	Bairro de “classe média alta”
Três Figueiras	Mais de 10	Bairro de “classe alta”

A ideia subjacente à utilização de um procedimento de amostragem que opera com áreas residenciais diferentes entre si, porém semelhantes internamente, é a de permitir desenvolver simultaneamente uma análise ecológica e uma não-ecológica. Ou seja, propiciar dados que podem ser facilmente associados a bairros que são frequentemente debatidos a nível jornalístico e político, assim permitindo uma contribuição à discussão, mas que ao mesmo

tempo podem ser analisadas em termos de variáveis sócio-econômicas e demográficas¹².

C – Hipóteses

A fim de analisar e explicar o conjunto de aspectos que constitui a variável dependente desta pesquisa (padrões de comportamento e valores) as seguintes perguntas precisam ser formuladas : 1 Compartilham todos os entrevistados os mesmos tipos de orientações? 2 Em caso contrário: a) que tipo de diferenças existem? b) em que áreas de envolvimento ocorrem estas diferenças? e c) a que variáveis poderiam ser elas relacionadas?

¹² Parte-se do pressuposto de que bairros em si mesmos não podem explicar diferentes comportamentos e orientações. Neste estudo bairros e posição sócio-econômica superpõem-se e é óbvio que os moradores de cada um dos cinco bairros estudados vivem no mesmo por causa de sua posição sócio-econômica e não vice-versa.

Não há, portanto, nenhuma intenção de tratar os bairros estudados como se eles fossem comunidades auto-suficientes. Cada uma destas áreas não se constitui numa comunidade que gira em torno de si mesma, mas é formada por indivíduos que moram em um mesmo local e que podem compartilhar características comuns, mas cuja vida social transcorre dentro dos marcos de uma cidade (e por extensão de um país) na qual eles são produtores, consumidores e participantes. Cada um dos entrevistados, antes de ser morador de uma certa área, vive e é parte de Porto Alegre, enquanto cidade brasileira. (Para uma crítica da noção de vizinhança como sendo uma comunidade ver Dennis, Norman. “The Popularity of the Neighbourhood Community Idea”, in Pahl, R. E. (ed.). *Readings in Urban Sociology*. Oxford, Pergamon Press, 1969, e Castells, Manuel. *La Cuestión Urbana*. Madrid, Siglo Veintiuno, 1974, p. 203-221).

Nesta última linha de argumentação, quando é utilizada uma variável como posição sócio-econômica é preciso ter em conta que ela não é, *stricto sensu*, intercambiável com o conceito de classe social, o qual, embora seja uma categoria sociológica mais significativa, não pode ser satisfatoriamente operacionalizado neste tipo de pesquisa. (Para uma importante discussão sobre classes sociais na América Latina e as dificuldades envolvidas em sua operacionalização, ver a publicação dos trabalhos apresentados em dezembro de 1971 em Mérida no seminário promovido pelo Instituto de Investigaciones Sociales da Universidad Nacional Autónoma de México: Zenteno, Raúl Benitez (ed.). *Las Clases Sociales en América Latina. Problemas de Conceptualización (Seminario de Mérida, Yuc.)*, México, Siglo Veintiuno, 1973).

A fim de tentar responder a estas perguntas e testar as proposições teóricas desenvolvidas no estudo, a seguinte hipótese central foi formulada :

“Os entrevistados — por viverem em uma cidade que é parte integrante da sociedade brasileira e assim, por um lado estarem sujeitos à influência homogeneizadora desta, mas por outro lado terem ao mesmo tempo diferentes posições sociais nesta sociedade — apresentarão orientações semelhantes naquelas áreas que envolvem dimensões de vida práticas e instrumentais como também em aspectos mais fortemente sujeitos a influências ideológicas, mas apresentarão orientações diferentes naquelas áreas que envolvem dimensões de vida pessoais e em aspectos que têm consequências e significados diversos de acordo com a posição social”.

Uma série de sub-hipóteses foi também formulada em relação a diferenças de orientações. Elas podem ser resumidas em se antecipando que quando ocorrerem diferenças as mesmas serão melhor explicadas pela posição sócio-econômica do entrevistado que por outro tipo de variáveis (tais como experiência urbana, idade, etc.).

As hipóteses foram testadas examinando-se os dados paralelamente tanto por bairros, como de acordo com outras variáveis.

D — Análise dos dados

Os resultados tendem a confirmar as hipóteses do estudo na medida em que evidenciam que os entrevistados apresentam semelhanças de diferenças de acordo com as áreas antecipadas e que as diferenças estão mais fortemente associadas às variáveis sócio-econômicas. O que segue é uma pequena amostra de alguns dados.

As duas áreas de envolvimento que apresentam as maiores diferenças são família e religião, que são justamente duas esferas que possuem uma dimensão fortemente pessoal, a primeira delas sendo

geralmente apontada como uma área onde predominam os chamados contatos primários.

Assim, no que concerne à primeira destas duas áreas, os dados mostram diferenças acentuadas no que diz respeito à maneira como são encaradas as relações e papéis dos membros da família e a imagem desta como instituição.

TABELA 2
Orientações em Relação à Família (em porcentagem)

Aspecto examinado	Vila Maria da Conceição	Navegantes	Cidade Baixa	Petrópolis	Três Figueiras	Total
Aceitação do controle da natalidade	65	80	85	88	94	81
Aceitação do divórcio	35	47	62	72	80	57
Proporção dos entrevistados que acham que é só o marido que deve tomar as decisões importantes na família	78	59	57	31	38	54
Proporção dos entrevistados que acham que a mulher casada só deve trabalhar fora de casa quando precisa ajudar o marido, ou quando não tem filhos, ou que ela não deve trabalhar fora de casa nunca	61	48	55	34	39	49
Proporção dos entrevistados que concordam que “a coisa mais importante que uma criança pode aprender é a obediência aos pais”	94	94	82	80	66	83

TABELA 3

Coefficientes de Associação e Nível de Significação Estatística
o Cruzamento das Orientações em Relação à Família
com Variáveis Sócio-Econômicas e Demográficas^a

Variável	Controle da natalidade	Divórcio	Tomada de decisões importantes	Trabalho da mulher casada	Obediência aos pais
Ocupação	0,484 (****)	0,371 (****)	0,537 (****)	0,311 (**)	0,730 (****)
Renda	0,546 (****)	0,450 (****)	0,596 (****)	0,314 (**)	0,773 (****)
Educação	0,587 (****)	0,356 (****)	0,634 (****)	0,368 (****)	0,924 (****)
Experiência urbana ^b	0,163 (NS)	0,158 (NS)	0,224 (NS)	0,122 (NS)	0,163 (NS)
Socialização urbana ^c	0,181 (NS)	0,218 (**)	0,185(*)	0,140 (NS)	0,272(*)
Idade	— 0,315(****)	— 0,179(*)	— 0,149 (NS)	— 0,157 (NS)	— 0,206 (NS)

^a Nesta e nas demais tabelas que se referem a cruzamentos de variáveis utilizou-se o “gama”, um coeficiente de associação que mede a relação entre duas variáveis ordinais e que varia de — 1 a + 1. Os símbolos entre parênteses referem-se ao nível de significação estatística do teste do qui-quadrado realizado nas tabelas de onde se originam os coeficientes. Nesta e nas demais tabelas, (*) representa o nível de 0,05, (**) representa o nível de 0,02, (****) representa o nível de 0,01, (*****) representa o nível de 0,001 e (NS) representa não-significativo. (Ver Blalock, Hubert M. Social Statistics. Tokyo, McGraw-Hill Kogakusha, 1972).

^b Experiência urbana foi medida em função da proporção de tempo que o entrevistado viveu em centros urbanos.

^c Socialização urbana foi medida em função do tipo de lugar em que o entrevistado viveu seus primeiros quatorze anos de idade.

A aceitação do controle da natalidade e do divórcio bem como de uma concepção mais igualitária dos papéis dos cônjuges e mais tolerante em relação aos filhos aumenta à medida que o exame dos dados se desloca das camadas sociais mais baixas para as mais altas.

É interessante observar que as maiores diferenças ocorrem justamente em aspectos que envolvem autoridade (obediência aos pais, quem deve tomar as decisões importantes) ou em aspectos ligados à família como instituição (divórcio), ao passo que as diferenças são menores em aspectos que envolvem dimensões instrumentais (trabalho extradomiciliar, controle da natalidade).

A existência de diferenças continua sendo confirmada quando se deixa a divisão por bairros de lado e se cruzam as respostas dos entrevistados com variáveis sócio-econômicas e demográficas.

Os resultados destes cruzamentos evidenciam uma forte associação positiva entre nível de ocupação, de renda e de escolaridade de um lado e orientações tidas como modernas de outro, ao mesmo tempo que indicam que a aceitação do divórcio e do controle da natalidade é também inversamente associada à idade dos entrevistados.

Novamente, os aspectos nos quais as associações são mais altas são aqueles que envolvem autoridade. Este dado sugere que os chefes de famílias de classe baixa, quando comparados com os demais, tendem a impor mais fortemente sua autoridade no âmbito da família por ser esta uma das únicas instituições na qual a mesma pode ser exercida por eles.

A análise das orientações religiosas também mostra diferenças acentuadas entre os entrevistados. Assim, a crença de que os acontecimentos da vida se dão por vontade divina predomina nas camadas mais baixas, ao passo que nas mais altas a concepção do mundo é mais secular.

Estas diferenças são extremamente altas e mais marcantes que as ligadas à família. Longe de indicarem uma homogeneização cultural, elas mostram uma nítida clivagem em matéria de crenças e concepções de mundo. O cruzamento das orientações religiosas com

as variáveis sócio-econômicas e demográficas evidenciam uma forte associação positiva entre posição sócio-econômica e crenças mais seculares.

TABELA 4
Orientações Religiosas (em percentagem)

Aspecto examinado	Vila Maria da Conceição	Navegantes	Cidade Baixa	Petrópolis	Três Figueiras	Total
Proporção dos entrevistados que acreditam que Deus agiu e continua a agir no mundo	89	80	81	65	60	75
Proporção dos entrevistados que acreditam que os acontecimentos da vida se devem a Deus	58	32	28	16	11	31
Proporção dos entrevistados que acreditam que as calamidades(enchentes, terremotos, etc.)se devem a Deus	55	32	20	16	4	27

TABELA 5
Coeficientes de Associação e Nível de Significação Estatística no Cruzamento das Orientações Religiosas com Variáveis Sócio-Econômicas e Demográficas

Variável	Crenças sobre a participação de Deus na história	Crenças sobre as causas dos acontecimentos da vida	Crenças sobre as causas das calamidades
Ocupação	0,780 (****)	0,718 (****)	0,697 (****)
Renda	0,654 (****)	0,607 (****)	0,710 (****)
Educação	0,658 (****)	0,705 (****)	0,672 (****)
Experiência urbana	0,167 (NS)	0,283 (***)	0,375 (****)
Socialização urbana	0,081 (NS)	0,213(*)	0,390 (****)
Idade	— 0,070 (NS)	— 0,163 (NS)	— 0,200 (NS)

Os valores dos coeficientes de associação são muito fortes no que diz respeito à ocupação, renda e educação, sendo bem mais fracos ou não-significativos em relação à experiência e socialização urbana e idade.

Estes dados sugerem que a secularização de populações urbanas brasileiras não é um fenômeno homogêneo mas seletivo. Ela parece estar diretamente relacionada à posição na estrutura social, atingindo mais fortemente as camadas médias e altas, sendo entretanto bem mais fraca entre as camadas baixas. A exposição à vida urbana — ao contrário do que foi postulado por algumas teorias sobre urbanização¹³ — está bem menos relacionada à secularização, estando inclusive, às vezes não-significativamente associada à mesma.

Quando se passa para a análise de uma área como educação que é, em geral, encarada como tendo propósitos essencialmente instrumentais no sentido de permitir a ascensão social, o quadro muda. A análise dos dados revela semelhanças surpreendentes entre os entrevistados no que diz respeito à importância atribuída à educação.

¹³ Ver capítulo I deste livro.

TABELA 6
Orientações em Relação à Importância da Educação (em percentagem)

Aspecto examinado	Vila Maria da Conceição	Navegantes	Cidade Baixa	Petrópolis	Três Figueiras	Total
Proporção dos entrevistados que acham que dinheiro gasto em educação é dinheiro muito bem empregado	98	98	97	99	97	98
Proporção dos entrevistados que acham que quanto mais educação se tem, melhor se aproveita a vida	97	97	90	97	99	95
Proporção dos entrevistados que discordam da frase "Educação não serve de nada para se conseguir um emprego, hoje em dia"	84	97	89	93	91	90
Proporção dos entrevistados que discordam da frase "Não tem sentido uma pessoa continuar estudando se ela pode conseguir um bom emprego"	85	91	96	97	90	91

As respostas mostram que a ideologia de que um maior nível de escolaridade implica em melhores oportunidades de vida está disseminada em todas as camadas sociais, algo compreensível se se levar em conta o quanto este tema tem sido enfatizado no Brasil nos últimos anos. Dada a grande semelhança das respostas dos entrevistados, não é, pois, surpreendente que praticamente todos os cruzamentos das variáveis sócio-econômicas e demográficas com as orientações educacionais tenham evidenciado associações não-significativas.

É possível argumentar que estes dados confirmam a hipótese central do estudo em dois níveis: na medida em que educação representa uma área de envolvimento geralmente encarada como instrumental e também na medida em que esta mesma área está saturada pelas influências ideológicas que permeiam a sociedade brasileira.

A hipótese central do estudo também é confirmada na análise da área de política, uma dimensão que envolve simultaneamente aspectos que têm diferentes consequências e significados de acordo com a posição social do entrevistado, e também aspectos nos quais as influências ideológicas são marcantes.

Assim, tomando-se primeiro os aspectos ligados a questões políticas genéricas, isto é, que não estão diretamente relacionadas a interesses específicos de diferentes camadas sociais, os resultados mostram um razoável grau de semelhança entre os entrevistados.

As diferenças entre os grupos não é grande e o que mais chama a atenção é a baixa adesão, por parte de todos os entrevistados, a posições mais liberais, fenômeno que precisa ser compreendido no contexto das condições políticas vigentes no país por ocasião da coleta de dados (1973). Do mesmo modo, a inexistência de maiores diferenças é responsável pelo fato de que a maioria dos cruzamentos destas orientações com as variáveis sócio-econômicas e demográficas apresentam coeficientes de associação não-significativos.

Quando, entretanto, as questões propostas envolvem interesses mais imediatos e com significados e consequências bastante distintos de acordo com a posição social dos entrevistados, as diferenças são

marcantes. Assim, no que se refere às atitudes dos entrevistados em relação ao direito de voto aos analfabetos e se eles acreditam que o povo sabe votar, os resultados foram diametralmente opostos.

TABELA 7
Orientações em Relação a Questões Políticas Genéricas (em percentagem)

Aspecto examinado	Vila Maria da Conceição	Navegantes	Cidade Baixa	Petrópolis	Três Figueiras	Total
Proporção dos entrevistados que consideram que o respeito pelos direitos individuais é mais importante que o amor à pátria	41	50	50	42	53	47
Proporção dos entrevistados que são a favor da liberdade de imprensa	54	42	54	53	42	49
Proporção dos entrevistados que são contra a pena de morte	54	48	56	42	52	51

TABELA 8
Atitudes em Relação ao Direito de Voto aos Analfabetos e a Capacidade do Povo Saber Votar
(em percentagem)

Aspecto examinado	Vila Maria da Conceição	Navegantes	Cidade Baixa	Petrópolis	Três Figueiras	Total
Proporção dos entrevistados favoráveis ao direito de voto aos analfabetos	67	59	39	26	28	44
Proporção dos entrevistados que acham que o povo sabe votar	54	47	36	27	27	39

Os dados mostram uma nítida clivagem no que diz respeito a estas questões. O cruzamento destas atitudes com as variáveis sócio-econômicas e demográficas tende a confirmar como estes aspectos têm consequências e significados bastante distintos de acordo com a posição social dos entrevistados.

TABELA 9

Coeficientes de Associação e Nível de Significação Estatística no Cruzamento das Atitudes em Relação ao Direito de Voto aos Analfabetos e a Capacidade do Povo Saber Votar com Variáveis Sócio-Econômicas e Demográficas

Variável	Direito de votos dos analfabetos	Capacidade do povo de saber votar
Ocupação	— 0,490 (***)	— 0,394 (**)
Renda	— 0,585 (***)	— 0,457 (***)
Educação	— 0,529 (***)	— 0,375 (***)
Experiência urbana	— 0,311 (**)	— 0,229 (NS)
Socialização urbana	— 0,194 (*)	— 0,047 (NS)
Idade	0,079 (NS)	— 0,057 (NS)

Os coeficientes de associação mostram uma relação negativa entre nível de ocupação, de renda e de escolaridade de um lado e atitudes favoráveis a uma maior participação popular em política de outro, numa clara indicação de que quando estão em jogo interesses que afetam a distribuição de poder, posição sócio-econômica mais alta não necessariamente significa atitudes mais progressistas.

III — Conclusões

Os dados sucintamente aqui apresentados sugerem a viabilidade das hipóteses formuladas. Embora seja importante aprofundar estas questões em pesquisas mais amplas, que poderiam comparar diferentes cidades e analisar mais aspectos, os resultados do presente estudo apoiam a ideia de que as diversas camadas sociais de populações urbanas brasileiras não evidenciam uma homogeneização

cultural que se distribui uniformemente em todas as áreas de envolvimento.

A pesquisa realizada em Porto Alegre mostra que existe uma simultaneidade de semelhanças e diferenças culturais entre os diversos grupos estudados. Assim, realmente ocorre uma homogeneização em áreas de envolvimento e aspectos instrumentais e/ou mais fortemente sujeitos a influências ideológicas. Quando, entretanto, as áreas ou aspectos estudados envolvem esferas mais pessoais ou que têm conseqüências e significados diferentes, longe de haver uma homogeneidade, o que geralmente ocorre é uma nítida clivagem entre os grupos. Neste caso, a posição sócio-econômica é a variável que melhor explica as diferenças, sendo que quanto mais alta for a mesma, maior também será a adesão a orientações tidas como modernas.

Os resultados do presente estudo sugerem que estão ocorrendo dois processos simultâneos e complementares em cidades brasileiras. Por um lado, a intensificação da acumulação capitalista industrial — processo que está no bojo da urbanização brasileira das últimas décadas — tende a homogeneizar todas as classes sociais naquelas áreas que estão mais próximas a atividades econômicas e interesses instrumentais e/ou mais sujeitas a influências ideológicas. Por outro lado, entretanto, dado que esta mesma intensificação da acumulação capitalista diferencia os habitantes de cidades brasileiras de um modo essencialmente desigual e assimétrico, existe uma tendência oposta que vai em direção à heterogeneidade das classes sociais, não só em termos econômicos mas também naquelas áreas nas quais as classes baixas podem oferecer mais efetivamente resistência à difusão de orientações culturais padronizadas.

O próximo capítulo procura aprofundar esta questão através da análise da relação entre classe e cultura em cidades brasileiras.